

16 – TERÇA-FEIRA, 01 DE JUNHO DE 2021

No Presídio de Santa Rita do Sapucaí I, em Santa Rita do Sapucaí - MG, por ordem judicial datada de 24/05/2021:

| | |
|-------------------------------|--------------------------|
| Claudio Augusto Cardoso - N/C | Santa Rita Do Sapucaí/MG |
|-------------------------------|--------------------------|

No Presídio de Teófilo Otoni I, em Teófilo Otoni - MG, por ordem judicial datada de 01/10/2020:

| | |
|---|------------------|
| Rivadavia Luiz Rodrigues De Souza - N/C | Teófilo Otoni/MG |
|---|------------------|

No Presídio de Unai I, em Unai - MG, por ordem judicial datada de 22/04/2021:

| | |
|---------------------------------------|---------|
| Romualdo Barbosa De Carvalho - 291766 | Unai/MG |
|---------------------------------------|---------|

TRANSFERÊNCIAS:

Do Presídio de Iturama I, em Iturama - MG, para o Estabelecimento Penal de Paranaíba, em Paranaíba - MS, por ordem judicial datada de 21/05/2021:

| | |
|-------------------------------------|-----------------|
| Tuliandres Aparecido Silva - 176651 | Campo Grande/MS |
|-------------------------------------|-----------------|

V - Autorizar o internamento dos custodiados abaixo nominados, nos estabelecimentos médico-penais conforme parecer da Diretoria de Atenção ao Paciente Judiciário:

Transferências:

Do Presídio de Ribeirão das Neves II – Inspetor José Martinho Drummond, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para tratamento psiquiátrico temporário:

| | |
|----------------------------|--------------------|
| Cleide de Andrade - 261498 | Ribeirão das Neves |
|----------------------------|--------------------|

Do Presídio de Coronel Fabriciano I, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para tratamento psiquiátrico temporário:

| | |
|-------------------------------------|--------------------|
| Brendo de Oliveira Martins - 612932 | Coronel Fabriciano |
|-------------------------------------|--------------------|

A Unidade Prisional poderá imediatamente efetivar a transferência, após tomar conhecimento da autorização, via Despacho SEI, contudo, o prazo de validade do Despacho, NÃO poderá exceder o prazo de 20 dias a contar da publicação no Jornal Minas Gerais. Não ocorrendo a apresentação dos custodiados nos estabelecimentos prisionais no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas, conforme estabelecido no Memorando-Circular nº 2/2021/SEJUSP/SGVC. Em caso de descumprimento dos prazos estipulados será passível de ser reconhecida possível desobediência de ordem legal e o servidor responsabilizado por crime de improbidade administrativa, nos termos do Art. 11, Inc. I e II, Lei 8429/92, salvo, mediante prévia e fundamentada justificativa.

Superintendência de Gestão de Vagas,
em Belo Horizonte, aos 01 de junho de 2021.
Leonardo Mattos Alves Badaró
Superintendente

31 1488205 - I

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 049/2020, Letícia de Melo Barbosa, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 049/2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 16 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Avenida Alcoa 5801, Casa 04, Parque das Nações, Poços de Caldas/MG, CEP 37.706-178 , nos dias úteis, das 08h00min às 17h00min, e através do endereço eletrônico nucad18@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos arts. 216, incisos V e VI, 217, incisos IV e X, 245, caput e parágrafo único, 246, inciso I, e 250, incisos II e VI, todos na forma da Lei 869/52, estando sujeito às penalidades previstas no art. 244, incisos I, III ou VI, do referido Diploma Estatutário, c/c o art. 12, parágrafo único da Lei 18.185/2009 e nos termos do art. 9º do Decreto nº 45.155, de 21 de agosto de 2009, sob pena de REVELIA: RODRIGO DONIZETTI DE MORAES, MASP 1.214.767-4 – PROCESSADO NO PDS 049/2020. Poços de Caldas, 25 de maio de 2021
Letícia de Melo Barbosa
Masp 1.377.218-1
Presidente de Comissão

25 1485359 - I

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Alan Santos Oliveira, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 005/2019, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 31/01/2019, CONVOCA E CITA os Processados Cristiano Fidelis Mendes, Masp 1.201.114-4 e Manoel Nunes do Nascimento, Masp 1.193.289-4, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Av. Rodovia Papa João Paulo II, 4.001 – Bairro Serra Verde – Prédio Minas – 03º andar, Belo Horizonte - MG, no prazo de 10 (vinte) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, se entender cabível, oferecer defesa prévia, protocolar antecipadamente pedido de diligências, ofertar rol de testemunhas ou juntar documentos neste Núcleo de Correição Administrativa a fim de operar, com plenitude, os seus direitos petrificados no art. 5º, LV da CFRB/88, estando sujeito a uma das penalidades previstas nos artigos 216, 217, 245, caput e parágrafo único, 246 e 250, todos na forma da Lei 869/52, sob pena de REVELIA: e designação de defensor “ex-officio”. Cristiano Fidelis Mendes, Masp: 1.201.114-4 e Manoel Nunes do Nascimento, Masp: 1193289-4 – PRO-CESSADOS no PAD 005/2019.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2021
Alan Santos Oliveira
Masp 1.206.838-3
Presidente de Comissão

26 1486329 - I

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Ednilson Pereira Viana, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 037/2021, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 20/05/2021, CONVOCA E CITA os Processados Juley Gonçalves da Silva Masp 1.337.381-6, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Rua Filadelfo Souza Pinto, Nº 141, Bairro Nova Divinéia CEP: 38.613-080 - Unai - MG, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, endereço eletrônico e telefone: nucad17risp@gmail.com, telefone (38) 3676-9707, no prazo de 10 dias, a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos V e VI, e 217, incisos IV e X, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no art. 250, incisos I, II e VI, todos na

forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no art. 244, incisos I, III e VI do referido Diploma Legal, c/c o artigo 12, parágrafo único da Lei nº 18.185/2009 e nos termos dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019; sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-officio”. Juley Gonçalves da Silva Masp 1.337.381-6–PROCESSADO no PDS 037/2021.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2021
Ednilson Pereira Viana
Masp 1.341.003 -0
Presidente de Comissão

26 1486427 - I

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGM Nº 3.077, DE 31 DE MAIO DE 2021.

Implementa a Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto Paranaíba e a Unidade Regional de Gestão das Águas Alto Paranaíba, conforme criação por etapas da unidade administrativa previstano art.60 do Decreto nº 47.787, de 2019, e no art.43, V,dda Lei nº 23.304, de 2018,e dá outras providências.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ODIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso de suas atribuições legais contidas no inciso III do §1º do art. 93 da Constituição Estadual e no inciso XIIIdo art. 9ºdo Decreto nº 47.866, 19 de fevereiro de 2020, respectivamente, e tendo em vista o art.60do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e o parágrafo únicodo art. 5ºdo Decreto nº 47.866, de 2020, RESOLVEM:

Art. 1º – Ficamimplementadas a Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto Paranaíba – Supram AP–e a Unidade Regional de Gestão das Águas Alto Paranaíba – Urga AP –, com sede em Patos de Minas, nos termos do art. 60 do Decretonº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e do parágrafo únicodo art. 5ºdo Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020.

Art. 2º –A Supram APe a Urga AP, com sede em Patos de Minas, exercerão sua jurisdição administrativa sobre vinte e um municípios, a saber: Arapuá, Araxá, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Guimarânia, Ibiá, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira e Tiros.

Art. 3º–Nos termos do art. 51 do Decretonº 47.787, de 2019, a Supram AP possui competência para gerenciar e executar as atividades de regularização, fiscalização e controle ambiental na sua respectiva área de abrangência territorial, além de controlar as atividades administrativo-financeiras descentralizadas, a partir de diretrizes emanadas pelas sub-secretarias da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com atribuições de:

I –promover o acompanhamento do processo de regularização ambiental em todas as suas fases;

II –instaurar e conduzir os processos administrativos de autos de infração de sua competência;

III – promover o atendimento e a resposta às denúncias e requisições provenientes de cidadãos e dos órgãos de controle no âmbito da sua área de abrangência territorial relacionadas ao meio ambiente;

IV – coordenar, em articulação com a Subsecretaria de Fiscalização Ambiental –Sufis–, as ações fiscalizatórias do cumprimento da legislação ambiental, de recursos hídricos, florestais, faunísticos e pesqueiros no âmbito da sua área de abrangência territorial;

V –subsidiar a Sufis com informações necessárias para a elaboração do Plano Anual de Fiscalização;

VI – indicar os servidores aptos ao credenciamento para exercer o poder de polícia ambiental no âmbito de suas competências.

§ 1º –O desenvolvimento das atribuições previstas nos incisos I a VI docaputpela Supram AP dependerá de regulamentação posterior a esta resolução, sendo exercidas provisoriamente pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro – Supram TM.

§ 2º–Em ato próprio e, até que ocorram as adequações necessárias no Sistema de Licenciamento Ambiental, poderão ser transferidas, da Supram TM à Supram AP, as seguintes ações, todas inclusas na atribuição referente ao inciso I docaput.

I –atender aos cidadãos interessados, mediante agendamento prévio através do Portal MG ou do MGApp;

II – receber petições e documentos referentes ao desenvolvimento de suas atividades;

III – formalizar, analisar e decidir processos de licenciamento ambiental nas modalidades simplificadas.

§ 3º–Visando o cumprimento do princípio da segregação de funções, o ordenamento de despesas na Supram Alto Paranaíba, até a completa implementação dos seus cargos de diretores, independente da ação, no âmbito da Unidade Executora 1370.021, ficará delegado ao Superintendente Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro.

Art. 4º–Após o ato a que se refere o §2º do art. 3º, a atribuição prevista no inciso I do§1º do art. 51 do Decreto nº 47.787, de 2019, restrita às modalidades simplificadas nos termos da delegação, será exercida por servidor a ser designado por ato próprio da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que também promoverá a gestão do corpo técnico integrante da Supram AP.

Art. 5º–Nos termos do art. 24 do Decreto nº 47.866, de 2020, a Urga AP possui competência para analisar os pedidos de direito de direito de uso de recursos hídricos, bem como promover a fiscalização dos recursos hídricos, em articulação com os demais órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, com atribuições de:

I – analisar os requerimentos relativos ao uso de recursos hídricos de domínio do Estado ou de domínio da União, quando houver delegação;

II – acompanhar e realizar a avaliação técnica do atendimento às condicionantes relacionadas aos atos de regularização de uso de recursos hídricos;

III – autuar, aplicar penalidades e identificar as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no âmbito das competências do Instituto Mineiro de Gestão das Águas instruí tecnicamente os respectivos processos administrativos, nos termos do art. 16-B da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980.

§ 1º – Caberá àDiretoria Regionalde Administração e Finanças daSupram TM:

I –disponibilizarespaços físicos e infraestrutura para a instalação daUrga AP;

II – promover a locação, disponibilização ou contratação de imóvel, móveis e equipamentos para o exercicídass atribuições da Urga AP;

III – promover o apoio logístico, patrimonial e financeiro àUrga AP, através do compartilhamento dos recursos humanos, logísticos e materiais, objetivando a racionalização de custos, a complementaridade de meios e aotimizaçãodos processos.

§ 2º – Caberá aoNúcleode Apoio Operacional daSupram TM em relação àUrga AP as seguintes atribuições, no que tangeaos processos de outorgas,sob orientaçãoeexpedida pela Semad e pelo Igam:

I – atendimento ao público externo;

II – formalização do processo de outorga;

III – protocolo de documentos;

IV – tramitação de processos;

V – armazenamento de processos formalizados, devidamente identificados, digitalizados e paginados;

VI – arquivamento de documentos em geral, relativos aos processos de outorga;

VII – publicação.

§ 3º – Caberá àDiretoria Regional de Controle Processual daSupram TMapoiar aUrga AP, quando necessário.

§ 4º– As unidades administrativas mencionadasnos §§ 1ºa 3ºdeste artigo ficarão responsáveis pelas atribuições descritas nessesparágrafos até a implementação das mesmas unidades na Supram AP.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Art. 6º–As atribuições da Unidade Regional Colegiada Alto Paranaíba – URC AP–do Conselho Estadual de Política Ambientaldeterminadas no art. 41 do Decretonº 47.383, de 2 de março de 2018, na área de abrangência determinada pelo art. 2º, serão exercidas pela Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro – URC TM–, até a superveniência da regulamentação referenciada no §1º do art. 3º desta resolução.

Art. 7º–Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2021.

Marília Carvalho de Melo, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Marcelo da Fonseca, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

31 1487987 - I

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.076, DE 28 DE MAIO DE 2021. Institui o Programa AmbientAÇÃO na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 43 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e no Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, RESOLVE:

Art. 1º –Fica instituído o Programa AmbientAÇÃO e sua estrutura de gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º –O Programa AmbientAÇÃO, tem como objetivo propor e fomentar no âmbito das organizações partícipes:

I –a inserção de critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais, a gestão adequada de recursos e resíduos e o combate ao desperdício;

II –a formação de uma cultura organizacional que incentive o questionamento crítico e emancipador dos colaboradores das organizações partícipes, no que tange à dimensão ambiental de seus impactos no mundo.

Art. 3º –O Programa AmbientAÇÃO será composto por uma Comissão Gestora, com as seguintes atribuições:

I –propor critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais das organizações partícipes, por meio de adesão voluntária dessas, visando à minimização dos impactos socioambientais negativos e potencialização dos impactos positivos resultantes de suas atividades;

II –fomentar a economia dos recursos visando o combate ao desperdício, a gestão adequada de recursos e resíduos, a melhoria do desempenho ambiental e o estímulo à mudança de comportamento dos colaboradores das organizações partícipes;

III –formar uma cultura organizacional que incentive o questionamento crítico e emancipador dos colaboradores das organizações partícipes no que tange à dimensão ambiental de seus impactos no mundo, bem como seu potencial de reduzi-los, por meio da apropriação dos conceitos das linhas de ação do Programa AmbientAÇÃO;

IV –propor diretrizes para a implementação do Programa AmbientAÇÃO em edificações no âmbito das organizações partícipes;

V –prestar apoio técnico, elaborar e manifestar sobre propostas de atos normativos, instruções de serviço, termos de referência e outros documentos técnicos relacionados ao escopo do Programa AmbientAÇÃO; VI –desenvolver materiais educativos e instrucionais, e programas de capacitação e de sensibilização sobre a temática socioambiental para subsidiar as ações do Programa AmbientAÇÃO, de forma conjunta com as áreas correlatas;

VII –promover a articulação institucional das ações do Programa AmbientAÇÃO no âmbito das organizações partícipes, visando a sua promoção, extensão e replicação em organizações congêneres; VIII –orientar e acompanhar a implementação do Programa AmbientAÇÃO nas organizações partícipes, após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica.

Parágrafo único –A coordenação da Comissão Gestora caberá à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por meio da Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais.

Art. 4º –A coordenação do Programa nas organizações partícipes será realizada pela Comissão Setorial, que terá as seguintes atribuições:

I –implementar em sua organização as diretrizes definidas pela Comissão Gestora, por meio do Termo de Cooperação Técnica;

II –elaborar diagnósticos, criar plano de ação, conduzir atividades e emitir relatórios à Comissão Gestora sobre a implementação do Programa AmbientAÇÃO;

III –divulgar informações e dados sobre as campanhas do Programa AmbientAÇÃO a todos os colaboradores de sua esfera de atuação;

IV – estabelecer metas, monitorar e avaliar as atividades relativas ao Programa AmbientAÇÃO, no âmbito da organização partícipe, e de forma conjunta com as áreas correlatas.

Parágrafo único –As Comissões Setoriais serão compostas por no mínimo três integrantes e serão assessoradas pela Comissão Gestora.

Art. 5º –Eventuais despesas com diárias e passagens dos representantes da Comissão Gestora e das Comissões Setoriais correrão por conta das suas respectivas organizações.

Art. 6º –Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2021.

Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

31 1487844 - I

A Secretária de Estado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, EXONERA, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, Mariana de Paula e Souza Renan,Masp: 1308631-9, do cargo de provimento efetivo de Gestor Ambiental, Nível I, Grau C, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 14/04/2021.

A Secretária de Estado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, EXONERA, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, Daniela Ribeiro Martins, Masp: 1375058-3, do cargo de provimento efetivo de Gestor Ambiental, Nível I, Grau C, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 15/04/2021.

31 1487840 - I

A Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução SEMAD nº 3.052, de 08 de março de 2021, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterada pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, aos servidores: ANTÔNIO FREIRE JARDIM, MASP 1309171-5, pela remuneração do cargo efetivo de Gestor Ambiental, Nível I, Grau C, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão de DAD-6 MD1100441, a partir de 31 de maio de 2021.

ILDIO LOPES MUNDIM FILHO, MASP 1397851-5, pela remuneração do cargo efetivo de Técnico Ambiental, Nível I, Grau C, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão de DAD-5, código MD1100553, a partir de 31 de maio de 2021.

31 1488198 - I

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram alteradas as Razões Sociais dos empreendimentos abaixo identificados:

*De: Stefani Comércio de Combustíveis Ltda- Para: Fast Auto Posto Ltda - PA/Nº 03704/2009/003/2018. Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF. Validade: 26/01/2022. *De: Lis Auto Posto Ltda. - Para: Patos Auto Posto Ltda.- PA/Nº 00867/2003/006/2017. Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS. Validade: 20/02/2029.

(a)Kamila Borges Alves

Superintendente da Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

31 1487886 - I

MINAS GERAIS

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Marco Túlio Canabrava Soares, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Lassance/MG, Protocolo nº 2648/2021; 2) Auto Posto Mirante de Pai Pedro Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Pai Pedro/MG, Protocolo nº 2640/2021.

(a) Mônica Veloso de Oliveira
Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

31 1488115 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS/RAS: 1)) Gercino Sousa Santos / Fazenda Cascavel, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, São João do Paraíso/MG, PA/nº 1531/2021, Classe 2. Motivo: Inconsistências de informações prestadas no processo.

(a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

31 1488111 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Mariângela de Fátima Reis Santos, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Natércia/MG, Processo nº 1599/2021. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Hipermix Pre Misturados Ltda., Usinas de produção de concreto comum, Alfenas/MG, Processo nº 2568/2021; 2) Universidade Federal de Lavras, Canalização e/ou retificação de curso d’água, Lavras/MG, Processo nº 2578/2021; 3) Ximenes Loteamentos Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Três Pontas/MG, Processo nº 2585/2021; 4) Ana Maria Reis Megale Rezende, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Soledade de Minas/MG, Processo nº 2609/2021; 5) Ana Paula Nogueira, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, São João do Rei/MG, Processo nº 2633/2021; 6) Construtora Lasper Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Guaranésia/MG, Processo nº 2608/2021; 7) Garcia Administração e Participação S.A., Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Paraguaçu/MG, Processo nº 2611/2021; 8) Ouro Minas Armazéns Gerais e Comércio de Café Ltda., Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Três Pontas/MG, Processo nº 2610/2021; 9) Transportadora Albaréz & Arantes Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Aiuruoca/MG, Processo nº 2630/2021; 10) W. C. Comércio de Combustíveis Eireli, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Ouro Fino/MG, Processo nº 2635/2021; 11) Gomes & Paiva Destilaria Ltda., Fabricação de aguardente, Botelhos/MG, Processo nº 2652/2021; 12) Quality Burger Processadora de Carnes e Derivados Ltda., Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas, Pouso Alegre/MG, Processo nº 2659/2021; 13) Rede Dom Pedro de Postos Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, São Sebastião da Bela Vista/MG, Processo nº 2667/2021; 14) Unge Café Comércio, Indústria e Exportação Ltda., Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Lavras/MG, Processo nº 2653/2021; 15) Valdir da Silva Rezende, Horticultura (Horticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Conceição da Aparecida/MG, Processo nº 2661/2021; 16) Agnaldo Afonso Conti Guerra, Confeção de calçados de couro e artefatos diversos de couro, Machado/MG, Processo nº 2680/2021.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Mineradora Nossa Sra. da Ajuda Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Resende Costa/MG, Processo nº 2554/2021, Classe 2. Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

31 1488182 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Wellington Oliveira Rodrigues Construtora e Transporte ME, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Salto da Divisa/MG, PA nº 2003/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 31/05/2031.

(